

MOBILIDADE SUSTENTÁVEL E DESLOCAMENTO ATIVO EM GOIANÉSIA-GO: UMA ANÁLISE JURÍDICO- SOCIOAMBIENTAL À LUZ DOS ODS

**Raphael Batista de Brito¹
Iransé Oliveira-Silva²**

RESUMO

Sabe-se que a sustentabilidade é um tema discutido globalmente, com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) buscando tornar as cidades mais seguras, inclusivas, resilientes e sustentáveis por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis. Nesse contexto, o deslocamento ativo, que inclui caminhar e pedalar surge como uma estratégia crucial para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE), e estão ligados intrinsecamente com os objetivos descritos no ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima), que estão intrinsecamente ligados à mobilidade urbana. Assim, o objetivo principal deste estudo será quantificar e analisar os deslocamentos diários de estudantes e investigar o potencial do deslocamento ativo como ferramenta mitigadora de emissores de GEE e promotora de bem estar à saúde dos praticantes, bem como analisar se os documentos públicos municipais favorecem o deslocamento ativo e estão alinhados com os ODS 3, 11 e 13 da Agenda 2030 da ONU.

Palavras-chave: Brasil; Agenda 2030; ODS 3; ODS 11; ODS 13; ciclismo urbano; cidades sustentáveis

INTRODUÇÃO

Quando falamos em sustentabilidade estamos nos referindo a um estilo de vida no qual cuidamos e vivemos em harmonia com o meio ambiente. Segundo BOFF (2016), temos duas opções diante dos problemas climáticos que enfrentamos, com eventos climáticos cada vez mais severos: seguir com o mesmo estilo de vida consumista e acreditar plenamente que a tecnologia será capaz de solucionar as questões, ou optar por um caminho mais sustentável, aceitando que somos parte do ambiente natural e buscando coexistir de forma harmoniosa com ele, levando em conta as preocupações ambientais contemporâneas.

Neste sentido, faz se necessário uma análise acerca dos sistemas de transportes utilizados diariamente, tradicionalmente estruturado em torno do transporte motorizado individual, um dos principais emissores de gases de efeito estufa (GEE) e que contribuem diretamente para o aquecimento global e,

¹ Graduado em Tecnologia em Transportes e Ciências Contábeis, Mestrando em PPGSTMA – UniEvangélica, e-mail: raphael_bb@hotmail.com

² PhD em Ciência da Saúde, Professor da Universidade UniEvangélica de Goiás

consequentemente, para as mudanças climáticas em nível global. A mobilidade urbana nos moldes atuais, tem produzido significativas consequências negativas: congestionamentos, poluição atmosférica, degradação ambiental, aumento de doenças respiratórias e desigualdade no acesso aos espaços urbanos. Boareto (2021), afirma que o modelo atual de mobilidade urbana é insustentável a longo prazo, sendo necessário repensar o sistema para torná-lo mais eficiente, equitativo e ambientalmente responsável.

Neste sentido a Agenda 2030 da ONU, em seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), prevê metas globais para a sustentabilidade. O presente estudo se concentra nos ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima), que estão intrinsecamente ligados à mobilidade urbana. A promoção do deslocamento ativo é uma estratégia alinhada a esses ODS, pois contribui para a saúde da população, a resiliência urbana e a mitigação das mudanças climáticas.

O deslocamento ativo é uma estratégia fundamental para mitigar os impactos climáticos, uma vez que promove a saúde pública, reduz emissões de CO₂ e melhora a qualidade de vida nas cidades e estão ligadas diretamente com os objetivos da Agenda 2030 e ODS. As políticas que incentivam o uso de veículos não motorizados proporcionam os maiores benefícios em termos de redução de GEE e poluição do ar e já possui diplomas legais no Brasil que respaldam o deslocamento ativo, como a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU - Lei nº 12.587/2012), que prioriza modos não motorizados de transporte.

Portanto o objetivo deste trabalho será quantificar e analisar os deslocamentos diários de estudantes e investigar o potencial do deslocamento ativo como ferramenta mitigadora de emissores de GEE e promotora de bem estar à saúde dos praticantes, bem como analisar se os documentos públicos municipais favorecem o deslocamento ativo e estão alinhados com os ODS 3, 11 e 13 da Agenda 2030 da ONU, considerando a infraestrutura urbana atual, seus desafios e suas oportunidades para a implementação de políticas de mobilidade sustentável e quantificar as emissões de carbono evitadas pelo uso da mobilidade ativa, bem como dos potenciais ganhos de bem estar e saúde dos participantes.

METODOLOGIA

O presente estudo adotará um delineamento descritivo e transversal com uma abordagem qualiquantitativa. A parte quantitativa usará questionários para uma análise estatística dos dados, enquanto a qualitativa incluirá entrevistas semiestruturadas com os alunos para compreender suas percepções sobre o tema.

O projeto será iniciado após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). A coleta ocorrerá por meio da aplicação presencial de questionário e testes aos alunos dos colégios Couto Magalhaes e Tera, todos do município de Goianésia-GO, considerando apenas os alunos do ensino médio das referidas escolas, destacando apenas uma série escolar (1º, 2º e 3º anos), diante da amplitude de idades entre os alunos das referidas escolas.

A pesquisa terá enfoque na distância percorrida, tempo de viagem, modos de transporte utilizados, obstáculos a prática de deslocamento ativo e disponibilidade para uso do modal. A análise permitirá classificar os alunos em grupo de modais ativos (GMA) e grupo de modais não ativos (GMnA). Com base nessa classificação, o projeto buscará quantificar as emissões de carbono evitadas pelo uso da mobilidade ativa, bem como dos potenciais ganhos de bem-estar e saúde dos participantes.

Além disso, serão realizadas análises em documentos como o Plano Diretor e leis municipais para identificar se o deslocamento ativo envolvendo escolares encontra-se contemplado, e alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que o estudo demonstre o potencial do deslocamento ativo como uma solução de baixo custo e alto retorno ambiental e social para a mobilidade urbana sustentável. A pesquisa espera quantificar o impacto da mobilidade ativa na redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) em Goianésia-GO, preenchendo uma lacuna de dados e análises sobre o tema no contexto local. Ao analisar os deslocamentos de estudantes do ensino médio dos Colégios Couto Magalhães e Tera, o estudo busca determinar o potencial de mitigação das mudanças climáticas através

do uso de transporte não motorizado, como caminhada e bicicleta. A pesquisa também visa relacionar a prática da mobilidade ativa à melhoria da saúde da população e à resiliência urbana, demonstrando como a promoção desse tipo de deslocamento está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, em especial o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima).

Os resultados da pesquisa podem servir como base para a criação de políticas públicas mais eficazes que incentivem o transporte ativo e sustentável em Goianésia. Ao correlacionar o uso de modais ativos com a redução de emissões e analisar o alinhamento das políticas municipais com leis federais, o estudo oferecerá subsídios concretos para que a cidade se alinhe a diretrizes como a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU). A demonstração do potencial da mobilidade ativa para reduzir congestionamentos, poluição e doenças respiratórias também pode justificar investimentos em infraestrutura para ciclistas e pedestres, promovendo um desenvolvimento urbano mais justo e ecologicamente equilibrado.

Em última análise, espera-se que a pesquisa contribua para o debate sobre o direito à cidade e a construção de um futuro mais sustentável. Ao evidenciar os benefícios da mobilidade ativa, o estudo pode incentivar uma mudança cultural em direção a um estilo de vida que coexiste de forma mais harmoniosa com o meio ambiente. Os dados coletados, juntamente com a análise das percepções dos estudantes, podem inspirar outras cidades a repensar seus sistemas de transporte, que atualmente são insustentáveis a longo prazo, e adotar medidas que priorizam modos não motorizados, levando a uma significativa redução de GEE e poluição do ar.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio da Universidade Evangélica de Goiás, da sua ProPPE (Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Ação Comunitária, à Coordenação do PPG STMA, que tornaram possível incubar o projeto e processar o desenvolvimento da pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOARETO, R. **Os desafios de uma política de mobilidade urbana transformadora das cidades**.
Ribeirão Preto: RBC, 2021. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/349413519_Os_desafios_de_uma_Politica_de_Mobilidade_Urbana_transformadora_das_cidades. Acesso em: 2 fev. 2025.

BEL, G.; ROSELL, J. **The impact of socioeconomic characteristics on CO₂ emissions associated with urban mobility: Inequality across individuals**. *Energy Economics*, v. 64, p. 251–261, 2017. DOI: 10.1016/j.eneco.2017.04.002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.eneco.2017.04.002>. Acesso em: 20 fev. 2025.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é, o que não é**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012**. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Mobilizing sustainable transport for development**.
New York: United Nations, 2016. Disponível em:

<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/2375Mobilizing%20Sustainable%20Transport.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2025

SISTEMA DE ESTIMATIVAS DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA (SEEG). **Análise das emissões brasileiras de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil (1970–2020)**. São Paulo: SEEG, 2021. Disponível em: https://energiaeambiente.org.br/wp-content/uploads/2021/10/OC_03_relatorio_2021_FINAL.pdf. Acesso em: 1 mar. 2025.